# São Gotardo Transmissora de Energia S.A.

CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Demonstrações Contábeis Regulatórias Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes



Deloitte Touche Tohmatsu Av. Presidente Wilson, 231 – 22° 25° e 26° andares Rio de Janeiro – RJ – 20030-905 Brasil

Tel: + 55 (21) 3981-0500 Fax:+ 55 (21) 3981-0600 www.deloitte.com.br

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Diretores da São Gotardo Transmissora de Energia S.A. Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, emitida em 11 de março de 2014.

#### Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro constituem entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte <a href="www.deloitte.com/about">www.deloitte.com/about</a> para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

#### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da São Gotardo Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, emitida em 11 de março de 2014.

#### Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

#### **Outros** assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A São Gotardo Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 11 de fevereiro de 2016.

Informações Comparativas - Valores Correspondentes

As demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, não foram examinadas por nós, nem por outros auditores independentes.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos

Contador

CRC 1 RJ 093.376/O-3

# Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2015	2014 (Não auditado)
Ativos			
Ativos circulantes Caixa e equivalentes de caixa	4	430	1.280
Clientes	5	483	469
Impostos e contribuições sociais	3	785	213
Outras contas a receber		49	11
Total dos ativos circulantes		1.747	1.973
Ativos não circulantes			
Imobilizado	6	29.522	31.489
Total dos ativos não circulantes		29.522	31.489
Total dos ativos	_	31.269	33.462
Passivos Passivos circulantes Fornecedores		1.438	2.920
Empréstimos e financiamentos	8	2.465	2.590
Impostos e contribuições sociais		449	66
Taxas regulamentares		46	17
Dividendos a pagar	7	915	-
Outras contas a pagar	7	59	<b>5.627</b>
Total dos passivos circulantes		5.372	5.027
Passivos não circulantes Empréstimos e financiamentos	8	14.679	17.125
Outras contas a pagar	· ·	6	5
Total dos passivos não circulantes		14.685	17.130
Patrimônio líquido			
Capital social		9.457	9.457
Reserva de lucros		2.546	-
Lucros (prejuízos) acumulados		(791)	1.248
Total do patrimônio líquido	10	11.212	10.705
Total dos passivos e do patrimônio líquido		31.269	33.462

#### Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	2015	2014 (Não auditado)
Disponibilização do sistema de transmissão		4.588	3.543
Parcela variável e outras receitas		(79)	(440)
Receita bruta		4.509	3.103
PIS e COFINS		(165)	(113)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(105)	(30)
Tributos e encargos		(270)	(143)
Receita Líquida	15	4.239	2.960
Serviços de terceiros		(514)	(389)
Depreciação e amortização		(903)	(627)
Outros custos operacionais		36	(2)
Custos operacionais		(1.381)	(1.018)
Serviços de terceiros		(466)	(221)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(64)	361
Despesas operacionais		(530)	140
Resultado da atividade		2.328	2.082
Receitas financeiras		50	129
Despesas financeiras		(463)	(504)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	17	(413)	(375)
Resultado antes dos impostos e contribuições		1.915	1.707
Imposto de renda e Contribuição social	11	(493)	(117)
Lucro do exercício	<u> </u>	1.422	1.590
Lucro por ação Lucro por ação ordinária - básico (em R\$ mil)	14	0,1503	0,1809
Lucro por ação ordinária - diluído (em R\$ mil)	14	0,1503	0,1809
h	-· <del>-</del>	0,2000	5,2003

# Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	2015	2014 (Não auditado)
Lucro do exercício		1.422	1.590
Outros resultados abrangentes			
Resultado abrangente total do exercício		1.422	1.590

# Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros Capital social		Lucros (prejuízos)	Total	
	<u>explicativa</u>	Cupital Docial	Legal	Legal Especial		
Saldo em 31 de dezembro de 2013 (Não auditado)		6.257	33	620	(995)	5.915
Aumento de capital AGE 18.03.2014		3.200	-	-	-	3.200
Lucro do exercício		-	-	-	1.590	1.590
Destinações societárias do exercício:						
Compensação de prejuízo - Reservas de lucro (art. 189 Lei nº 6.404/76)			(33)	(620)	653	
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (Não auditado)		9.457	_	_	1.248	10.705
Lucro do exercício		-	-	-	1.422	1.422
Destinações societárias do exercício:						
Reserva legal		-	193	-	(193)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(915)	(915)
Reserva especial				2.353	(2.353)	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	10	9.457	193	2.353	(791)	11.212

# Demonstrações do fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	2015	2014 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício Ajustes para:		1.422	1.590
Depreciação e amortização		903	627
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	8	465	478
Imposto de renda e contribuição social	11	493	117
Provisão para Parcela Variável		48	-
(Reversão) provisão para multa	9	-	(370)
Variações nos ativos e passivos:			
Aumento em clientes		(62)	(469)
Redução (Aumento) no saldo de impostos e contrib. sociais ativos líquido do passivo		134	(75)
Aumento no saldo de outros créditos		(38)	(11)
(Redução) aumento no saldo de fornecedores		(1.482)	2.875
Aumento no saldo de taxas regulamentares		29	17
Aumento no saldo de outras contas a pagar	_	26	37_
Caixa gerado pelas atividades operacionais		1.938	4.816
Imposto de renda e contribuição social pagos	=	(816)	(187)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	-	1.122	4.629
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			(12.552)
Adições/baixas no imobilizado e intangível	6 _	1.064	(10.659)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos	<del>-</del>	1.064	(10.659)
Fluxo de Caixa das atividades de financiamentos			
Captação de Empréstimos e Financiamentos		-	2.181
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	8	(2.446)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	8	(590)	(354)
Integralização de capital	_		3.200
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	<u>-</u>	(3.036)	5.027
Redução no caixa e equivalentes de caixa	=	(850)	(1.003)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	1.280	2.283
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	430	1.280
Redução no caixa e equivalentes de caixa	=	(850)	(1.003)

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 1. Informações Gerais

A São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica denominada São Gotardo - MG, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 005/2012, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia foi constituída em 12 de junho de 2012 e assinou em 27 de agosto de 2012, com a ANEEL, o Contrato de Concessão nº 024/2012 para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão pelo prazo de 30 anos. De acordo com o contrato de concessão assinado entre a Companhia e a ANEEL, a data prevista para a energização do empreendimento era 28 de fevereiro de 2014, porém, a Companhia iniciou suas operações em 19 de março de 2014 e a ANEEL foi devidamente informada sobre a postergação da data de entrada em operação do empreendimento (vide nota explicativa nº 9).

Devido ao atraso na entrada em operação comercial foi aplicada pela Companhia uma penalidade à Toshiba Infraestrutura América do Sul Ltda. ("Toshiba"), cujo aceite ocorreu no início de 2015, quando foi reconhecido o valor de R\$2.047 como redutor do seu ativo financeiro (vide nota explicativa n° 18).

Apesar de encontrar-se em operação comercial desde 19 de março de 2014, conforme anuência da ANEEL, a Companhia revisou as estimativas correntes das receitas e custos de construção no início de 2015, realizando a reversão dos custos de construção relacionados a materiais adquiridos e destinados a manutenção futura da linha de transmissão, bem como constituiu uma provisão para custos adicionais a serem incorridos para instalação de um transformador, o que ocasionou uma redução líquida adicional no ativo financeiro de R\$193.

A Companhia é uma subsidiária integral da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$3.625 (R\$3.654 em 31 de dezembro de 2014) e está discutindo ações de curto prazo junto ao acionista para rever este cenário, no entanto, apresentou resultado positivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

#### 2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 605 de 11 de março de 2015. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração em 30 de abril de 2016.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das Demonstrações Financeiras Societárias e Demonstrações Contábeis Regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativos para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) estão explicadas na nota explicativa nº 19.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia era cotista do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado ("Fundo Pampulha" ou "Fundo"), que se constitui em um fundo exclusivo do Grupo CEMIG, o qual o Grupo Taesa é integrante. O Fundo Pampulha, por ser um fundo exclusivo, é consolidado proporcionalmente de acordo com as cotas detidas pela Companhia nas suas demonstrações financeiras.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

O Fundo Pampulha é administrado e gerido pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e os ativos que compõem sua carteira são custodiados pelo Banco Bradesco S.A. O Fundo está sujeito a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

#### 2.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

#### 2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

- a) <u>Avaliação de instrumentos financeiros</u> São utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 19 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.
- b) <u>Impostos, contribuições e tributos</u> Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes das jurisdições em que a Companhia atua.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

c) <u>Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e a recuperar</u> - São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre a base contábil de ativos e passivos e a base fiscal. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é esperada geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual.

<u>Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis</u> - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. A Administração entende que essas provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

#### 2.4. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica, realizando atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST. Tal contrato estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Dessa forma, a Companhia não tem gerência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso. Essa gerência é de inteira responsabilidade do ONS, assegurando que não há obrigações contratuais diretas entre aqueles que acessam a linha de transmissão e a Companhia.

#### 3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis descritas a seguir vem sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

#### 3.1 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

<u>Depreciação</u> - Itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Aneel nº 367 de 02 de junho de 2009.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou realização. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização - A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, quando aplicável, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A amortização do ágio é reconhecida no resultado baseando-se no prazo remanescente da concessão.

#### 3.3. Redução ao valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

#### 3.4. Instrumentos financeiros

a) <u>Ativos financeiros não derivativos</u> - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

- (i) <u>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</u> Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.
- (ii) <u>Empréstimos e recebíveis</u> Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

b) <u>Passivos financeiros não derivativos</u> - A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

A Companhia possui passivo financeiro não derivativo na seguinte categoria:

- (i) <u>Outros passivos financeiros ao custo amortizado</u> Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.
- c) <u>Capital social Ações ordinárias</u> Ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

#### 3.5. Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição esta de inteira responsabilidade do ONS.

#### 3.6. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas de juros sobre financiamentos variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

#### 3.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) <u>Imposto de renda</u> - base de cálculo de 32% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% da receita; e (ii) <u>Contribuição social</u> - base de cálculo de 32% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social correntes é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

Lei nº 12.973/2014 (MP 627/2013) - Os dispositivos contidos na Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, convertida na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 e regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 1.515 de 24 de novembro de 2014, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais, entre elas: (i) integração da legislação tributária às normas societárias, (ii) revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, e (iii) não incidência de IRPJ sobre dividendos distribuídos durante os anos calendários de 2008 a 2013. Os dispositivos da Lei entraram em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014. A sua adoção antecipada para 2014 eliminaria potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados ao pagamento de dividendos, correspondentes ao ano calendário de 2014.

A Administração, baseada em análises sobre os efeitos decorrentes da aplicação da referida lei, concluiu que a adoção antecipada culminaria na elevação de carga tributária em relação a legislação vigente e, com isso, decidiu em não optar pela aplicação antecipada no exercício de 2014. A elevação da carga tributária no exercício de 2014 se daria pela mudança introduzida pela referida lei que alterou o art. 15 da Lei 9.249/1995 incluindo a alínea e no inciso III do §1º do referido artigo, onde se lê que será aplicado o percentual de 32% para atividades de prestação de serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura vinculados a contratos de concessão de serviços públicos. Portanto, o percentual de 8% sobre a receita bruta, acrescida das demais receitas, para determinar a base de cálculo da apuração do Lucro Presumido conforme legislação vigente, passaria para 32%, caso a Companhia optasse pela adoção antecipada da Lei nº 12.973/14 no ano calendário de 2014.

#### 3.8. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
Caixa e bancos	76	4
Equivalentes de caixa:		
- Operações Compromissadas	354	-
- Aplicações financeiras (Fundo Pampulha)		1.276
	430	1.280

Em 31 de dezembro de 2015 as aplicações financeiras correspondiam a operações compromissadas, contratadas em instituições financeiras nacionais a preços e condições de mercado, com o compromisso de recompra do título pela instituição financeira, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, à critério da Companhia. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

Em 31 de dezembro de 2015, a taxa média foi de 96,2% do CDI para operações compromissadas.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia era participante do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado, que se constitui em um fundo exclusivo do Grupo CEMIG, o qual o Grupo Taesa é integrante. A rentabilidade média obtida pelo fundo no exercício de 2014 foi de aproximadamente 103,60% da taxa referencial do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração da Taesa, controladora da Companhia, declarou que a liquidez diária das aplicações da Companhia no Fundo Pampulha estava garantida no montante total investido pela Companhia no Fundo Pampulha, sem qualquer risco de perda de principal e juros auferidos.

#### 5. Clientes

Composição do Contas a Receber			Total 2015	Total 2014 (Não auditado)	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias		(Nao additado)	
Encargos de Uso da Rede Elétrica	483	-	483	469	
Circulante	483	-	483	469	

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 6. Imobilizado

Imobilizado	Valor Bruto em 2014 (Não auditado)	Adições (A)	Outros* (B)	Valor Bruto em 2015	Adições Líquidas (A)+(B)	Depreciação	Valor Líquido 2015	Valor Líquido 2014 (não auditado)
Ativo Imobilizado em Serviço								-
<u>Transmissão</u>								
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.030	-	-	1.030	-	(57)	973	1.007
Máquinas e equipamentos	29.829	-	(1.554)	28.275	(1.554)	(1.436)	26.839	29.226
•	30.859	-	(1.554)	29.305	(1.554)	(1.493)	27.812	30.233
Ativo Imobilizado em Curso								
Transmissão								
Máquinas e equipamentos	1.126	(88)	-	1.038	(88)	-	1.038	1.126
Outros	130	542	-	672	542	-	672	130
	1.256	454	-	1.710	454	-	1.710	1.256
Total do Ativo Imobilizado	32.115	454	(1.554)	31.015	(1.100)	(1.493)	29.522	31.489

(\*) Refere-se a uma reversão decorrente de multa contratual aplicada ao fornecedor que reduziu o valor do custo do imobilizado da Companhia.

	Taxas anuais médias de		2014 (Não auditado)		
	depreciação	Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão					
Custo histórico	3,06%	29.305	(1.493)	27.812	30.233
Em curso					
<u>Transmissão</u>					
Custo histórico	n/a	1.710	-	1.710	1.256
Total do imobilizado		31.015	(1.493)	29.522	31.489

Composição das adições por tipo de gasto capitalizado	Material/equipamentos	Total
Em Curso		
Máquinas e equipamentos	(88)	(88)
Material em depósito	671	671
Adiantamentos a fornecedores	(129)	(129)
Total do imobilizado em curso	454	454

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 7. Partes relacionadas

- I Resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos apresentados:
- a) Ativos e receitas

	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas								
R E F	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes			
Tra	Transações com empresas ligadas								
1	Outras contas a receber x Outras receitas - Contrato de CCT - CEMIG D x SGT	R\$57 Valor mensal	mar/2014 até o término da concessão	Juros efetivos de mora de 1% a.m e multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA, quando da atualização da RAP.	Por qualquer das partes por decretação de falência, dissolução judicial ou qualquer alteração do estatuto social das partes que prejudique a capacidade de executar as obrigações desse contrato, caso fortuito ou força maior.	Contrato de constituição de garantia em fase de assinatura.			

R		At	ivo	Receita	
Ë	Contratos e outras transações	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
1	Contrato de CCT - CEMIG D x SGT	-	-	794	560

#### b) Passivos e despesas

	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
R E F	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
1	Outras contas a pagar x Outras receitas - Serviços de "back-office" (prestação de serviços administrativos) - Taesa x SGT	R\$198 parcela única e R\$19 Valor mensal	set/2014 a set/2018	Multa de 2% a.m. / Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Em 23 de junho de 2014 a Companhia pagou R\$198 referentes ao ressarcimento dos custos incorridos na fase de implantação, previstos na cláusula 20ª do contrato, acrescidos de atualização monetária.
Tra	nsações com empresas ligadas					
2	Outras contas a pagar x Serviços prestados - CCI - SGT x CEMIG GT	R\$3 Valor mensal	A partir de fev/2014 até o vencimento da concessão	Juros efetivos de mora de 1% a.m e multa de 2%/ Atualização anual pelo IPCA.	Somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.
3	Outras contas a pagar x O&M - SGT x CEMIG GT	R\$36 Valor mensal	jul/2014 a jul/2018	A contratante poderá rescindir antecipadamente e unilateralmente o CPSOM, a seu exclusivo critério, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição do CPSOM por um prazo acertado entre as partes, cassação da concessão referente às instalações da transmissão; e por decisão da contratante após transcorridos 18 meses da celebração do CPSOM.		Esse contrato foi assinado em jul/14, mas retroage seus efeitos à data da operação comercial.
4	Outras contas a pagar x Outras despesas – Engenharia do proprietário - SGT x CEMIG GT	R\$320 Valor total do contrato	jan/2013 a mar/15	Juros efetivos de mora de 1% a.m. e multa de 2% /Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido por descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato.	Contrato liquidado em, 20 de fevereiro de 2014
5	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros – Outros serviços - SGT x	R\$37 Valor total do	Mês de dez/2015	n/a	n/a	Serviço relacionado a

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

		Principais info	ormações sobre os	contratos e transações	s com partes relacionadas	
R E F	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
	CEMIG GT	serviço				substituição dos transformadores de correntes do vão IP4 na Subestação São Gotardo 2.

R E	Contratos e outras transações	Pass	sivo	Custos e Despesas		
F	Contratos e outras transações	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)	
1	Serviços de "back-office" - Taesa x SGT	21	19	238	77	
2	CCI - SGT x CEMIG GT	3	3	37	226	
3	O&M - SGT x CEMIG GT	35	12	472	349	
4	Engenharia do proprietário - SGT x CEMIG GT	-	-	-	170	
5	Outros serviços - SGT x CEMIG GT	-	-	37	-	
		59	34	784	822	

#### c) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

#### 8. Empréstimos e financiamentos

#### Abertura do endividamento

			- Francisco				
Financiador - Moeda nacional	Data de assinatura/ emissão	Tipo	Valor contratado	Valor liberado	Vencimento final	Parcelas a vencer	Encargos financeiros anuais
BNDES - FINAME	04/12/2012	CCB - subcrédito A	19.571	19.571	15/12/2022	84	Taxa fixa de 2,5% a.a.

Instituição/Linha Credora	Juros CP	Principal CP	Principal + juros LP			Frequência pgto juros		Frequência amortiz.	Sistemá- tica amortiz.
Moeda Nacional									
FINAME SGT - Toshiba	19	2.446	14.679	17.144	15/01/16	Mensal	15/01/16	Semestral	SAC
Total	19	2.446	14.679	17.144					

Financiador Moeda nacional	31/12/2014 (Não auditado)	Captação	Juros incorridos	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2015
BNDES - FINAME	19.715	-	465	(590)	(2.446)	17.144

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo	2017	2018	2019	2020	2021	2022+	Total
Moeda Nacional							
FINAME SGT - Toshiba	2.446	2.446	2.446	2.447	2.447	2.447	14.679
Total das dívidas	2.446	2.446	2.446	2.447	2.447	2.447	14.679

Não existem garantias para o contrato de financiamento com o BNDES.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia estava adimplente junto ao financiador.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

#### Abertura dos ativos financeiros

	Controladora			
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	2015	2014 (Não auditado)		
Caixa e bancos	76	4		
Equivalentes de caixa:				
Operações compromissadas	354	-		
Aplicações financeiras (Fundo Pampulha)		1.276		
	430	1.280		

Outras informações sobre caixa e equivalentes de caixa podem ser consultadas nas notas explicativas  $n^{o}$  4.

#### Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	Juros CP	Principal CP	Principal + Juros LP	Total 2015	Total 2014 (Não auditado)
<u>Dívida Bruta</u>					
Financiamento / Empréstimo Moeda Nacional	19	2.446	14.679	17.144	19.715
Ativos Financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	-	(430)	-	(430)	(1.280)
Dívida Líquida	19	2.016	14.679	16.714	18.435

#### 9. Provisões

De acordo com o Contrato de Concessão nº 024/2012, assinado entre a Companhia e a ANEEL, a data prevista para a energização do empreendimento era 28 de fevereiro de 2014; porém, a Companhia iniciou suas operações em 19 de março de 2014. A ANEEL foi devidamente informada sobre a postergação da data de entrada em operação do empreendimento. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou uma provisão no montante de R\$370 referentes às sanções previstas nos instrumentos que regulam à disponibilização de ativos ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Em 31 de julho de 2014 a Administração decidiu reverter tal provisão, pois houve cobrança de parcela variável, pelo ONS no valor de R\$171, descontados diretamente do Aviso de Crédito - AVC da Companhia. Não há conhecimento de qualquer potencial penalidade em 31 de dezembro de 2015 e na data de emissão destas demonstrações contábeis regulatórias.

#### 10. Patrimônio líquido

<u>Capital social</u> – Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social era de R\$9.457, representado por 9.457.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, todas integralizadas ao preço de R\$1 (um real) por ação. Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas Assembleias Gerais. A Companhia é uma subsidiária integral da Taesa.

Deliberações de subscrição e integralização de capital social:

Data da ACE	Evente	Capital	Capital integralizado		
Data da AGE	Evento	subscrito	Montante	Data	
18/03/2014	Aumento de capital	3.200	(3.200)	19/03/2014	

#### Reserva de lucros

a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido societário apurado com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

b) <u>Outras reservas de lucros (reserva especial)</u> - constituídas com todo ou parte remanescente do lucro apurado com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil com a finalidade de: (i) Compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável ou estimável; e (ii) Utilização futura em conformidade com o orçamento anual ou plurianual de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral. O aludido orçamento é aprovado anualmente em Assembleia Geral Ordinária que delibera sobre as demonstrações financeiras do exercício.

#### Lucros (prejuízos) acumulados

O saldo desta rubrica, na contabilidade regulatória, refere-se à diferença entre os resultados auferidos nas demonstrações societárias e o das demonstrações regulatórias.

#### 11. Imposto de renda e Contribuição social

	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social correntes	493	117
	493	117

As declarações de imposto de renda e contribuição social estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de sua data-base. Os impostos e as demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando o prazo de prescrição, em cada caso.

<u>Correntes</u> - a Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido.

Conciliação de despesa de imposto de renda e contribuição social:

Reconciliação da taxa efetiva	31/12/2	015	31/12	/2014
Reconcinação da taxa efetiva	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	4.509	4.509	3.103	3.103
(+/-) Parcela antecipada - superávit/déficit	2	2	-	-
Provisão parcela variável	48	48	-	-
	4.559	4.559	3.103	3.103
Percentual	32%	32%	8%	12%
	1.459	1.459	249	373
Demais receitas:		-	-	
Rendas de aplicação financeira	50	50	129	129
Variações monetárias	15	15	=	-
	65	65	129	129
Base de cálculo	1.524	1.524	378	502
Imposto de renda - 15%	229	-	58	-
Adicional de imposto de renda - 10%	128	-	14	-
Contribuição social - 9%	-	136	-	45
Total de despesa	357	136	72	45
Total de IRPJ e CSLL		493		117

#### 12. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e possui cobertura de seguros para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto, assim como cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - "Director and Officer - D&O" e de frota.

A Companhia mantém apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Apólices vigentes em 31/12/2015	Seguradora	Vigência	LMI (a)	Danos Materiais - Valor em risco	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - RCG	Tokio Marine	19/09/2015 a 19/09/2016	10.000	-	0,3
Risco Operacional - RO	Tokio Marine	19/10/2015 a 19/10/2016	-	34.363	50
D&O	Liberty Seguros	18/09/2015 a 18/09/2016	15.000	-	27

(a) LMI - Limite máximo de indenização.

#### 13. Instrumentos financeiros

#### 13.1 Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem o risco de mercado (risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos períodos apresentados.

#### 13.2 Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$3.625 (R\$3.654 em 31 de dezembro de 2014), conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

#### 13.3 Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
Ativos financeiros		
Mensurados ao valor justo por meio de resultado		
- Caixa e equivalentes de caixa	430	1.280
Empréstimos e recebíveis		
- Clientes	483	469
	913	1.749
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado		
- Fornecedores	1.438	2.920
- Empréstimos e financiamentos	17.144	19.715
	18.582	22.635

#### 13.4 Risco de mercado

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações dos índices de inflação.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

#### 13.5 Gestão do risco de taxa de juros

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

#### 13.6 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade apresentadas foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Taxa anual acumulada até 31/12/2015	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
CDI (*)	13,24%	13,75%	10,31%	6,88%

(\*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 22 de janeiro de 2016.

Análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2015									
Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	Saldo em	dezembro de 2015 - alimento (reducao)							
Risco: queda da taxa	31/12/2015	Provável	Cenário A	Cenário B					
Ativos financeiros									
Equivalentes de caixa - CDI	354	2	(10)	(23)					

#### 13.7 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa é limitado considerando as contrapartes em que tais instrumentos são mantidos.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo financeiro de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 13.8 Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos e de amortização; (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Empréstimos e financiamentos	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Prefixada (BNDES-Finame)	240	477	2.131	10.778	5.021	18.647

#### 13.9 Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais que a Companhia está exposta são:

<u>Riscos regulatórios</u> - extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

<u>Risco de seguros</u> – contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

<u>Risco de interrupção do serviço</u> - em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Risco de descontinuidade de um fornecedor específico que não tenha substituto no mercado - onde a Companhia possa ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa seus resultados operacionais.

<u>Risco técnico</u> – a infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Mas, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos maiores do que os previstos originalmente e, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

O objetivo da Companhia é o de administrar os riscos operacionais evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos. A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 13.10 Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nota	31/12/	31/12/2014 (Não auditado)		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	4	430	430	1.280	1.280
Clientes	5	483	483	469	469
		913	913	1.749	1.749
Passivos financeiros	•	<del>.</del>			
Fornecedores		1.438	1.438	2.920	2.920
Empréstimos e financiamentos	8	17.144	17.144	19.715	19.715
		18.582	18.582	22.635	22.635

<u>Hierarquia do valor justo</u> - Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros reconhecidos pela Companhia a valor justo por meio de resultado foram classificados no Nível 2, conforme detalhado a seguir.

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>: contas correntes valorizadas conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI na data de apresentação das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia entende que os valores justos dos demais instrumentos financeiros se aproximam dos seus valores contábeis.

#### 14. Lucro por ação

	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
Lucro líquido do exercício	1.422	1.590
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	9.457	8.789
Lucro por ação ordinária – básico (em R\$)	0,15036	0,18091
Lucro por ação ordinária – diluído (em R\$)	0,15036	0,18091

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

#### 15. Receita líquida

	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
Disponibilização do sistema de transmissão	4.588	3.543
Outras receitas líquidas	(79)	(440)
Receita bruta (*)	4.509	3.103
PIS e COFINS	(165)	(113)
Quota para RGR e P&D	(105)	(30)
Tributos e Encargos	(270)	(143)
Receita líquida	4.239	2.960

(\*) Refere-se à Receita operacional bruta para fins tributáveis de IRPJ e CSLL.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 16. Informação sobre a natureza de custos e despesas

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas com base na sua função. A natureza dos principais custos e despesas referem-se basicamente a:

<u>Custos com serviços de terceiros</u>: custos com operação, manutenção e serviços de engenharia relacionados a fase de construção da linha de transmissão.

<u>Custos com depreciação</u>: referem-se basicamente às depreciações dos imobilizados em serviço.

<u>Despesas com serviços prestados</u>: despesas com consultorias, back-office, serviços gráficos, comunicação, cartório, viagens e auditoria.

#### 17. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
Renda de aplicação financeira	50	129_
Receitas financeiras	50	129
Encargos de dívidas (BNDES)	(465)	(478)
Outras despesas financeiras, líquidas	2	(26)
Despesas financeiras	(463)	(504)
	(413)	(375)

#### 18. Compromissos Assumidos

Implantação das instalações de transmissão de energia elétrica - em 5 de julho de 2012, a SGT celebrou o contrato com a Toshiba Infraestrutura América do Sul Ltda. ("Toshiba"), no valor de R\$27.763, com o objetivo de fornecer, na modalidade "turn key", equipamentos elétricos do pátio da subestação, peças sobressalentes, projeto civil, eletromecânica, materiais de montagem, montagem eletromecânica, obras civis e supervisão de montagem, na subestação de São Gotardo II. Os custos desse contrato foram reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos, mensurados com base no estágio de construção da subestação.

A Toshiba ofereceu garantia técnica contra qualquer defeito de fabricação, oculto dos equipamentos ora fornecidos e das instalações abrangidas pelo fornecimento de bens e serviços, objeto do contrato assinado em 5 de julho de 2012, pelo prazo de 24 meses a partir da data de entrada em operação comercial dos equipamentos. Em 22 de março de 2013 foi assinado o primeiro termo aditivo para o referido contrato.

Em 18 de março de 2014, os equipamentos objeto do contrato iniciaram a operação comercial, sendo que posteriormente em 12 de maio de 2014, a Companhia encaminhou uma correspondência para a Toshiba referente a emissão do Certificado de Aceitação Provisória ("CAP"). O Certificado de Aceitação Definitivo do contrato deverá ser emitido após 24 meses do início da operação comercial.

Em 24 de fevereiro de 2015, a Companhia assinou um termo de quitação e encerramento e aditivos celebrado com a Toshiba e obteve o aceite da Toshiba em relação a aplicação da penalidade prevista no contrato, referente ao atraso na conclusão da obra que acarretou em atraso na energização e entrada em operação da subestação. A penalidade foi aplicada em forma de retenção do pagamento a Toshiba no montante de R\$2.047 mil reconhecido como redutor do ativo financeiro da Companhia decorrente do menor custo incorrido para a construção da Linha de Transmissão SE São Gotardo II – MG, na data de recebimento do referido instrumento de quitação e encerramento em contrapartida a uma redução do saldo de fornecedores a pagar. (vide nota explicativa nº 1).

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

Aspectos ambientais - a Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. No projeto de construção da subestação de São Gotardo não foi necessária a emissão de licença ambiental específica, pois a área onde o ativo foi construído já está licenciada e, pelo mesmo motivo, não foi constituída provisão para gastos futuros de compensação ambiental.

O conceito de sustentabilidade empresarial, baseado na gestão dos aspectos econômico, social e ambiental, vem sendo adotado e por consequência, ensejou o desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental – SGA, construído com base em uma política ambiental única para todas as Concessões da Companhia, sendo calcado nas normas ABNT - ISO 14001:2004 e ABNT - ISO 14031:2004. O SGA é um processo ininterrupto, participativo e transversal, que atinge diversas áreas da Companhia. A Política Ambiental da Companhia, documento central do SGA, representa os compromissos socioambientais adotados.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 19. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão:

	-	2015			201	4 (Não auditado	)
	Nota <u>explicativa</u>	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (Não auditado)	Ajustes (Não auditado)	Societário
Ativos	-						
Ativos circulantes							
Caixa e equivalentes de caixa		430	-	430	1.280	-	1.280
Clientes		483	-	483	469	-	469
Ativo financeiro	(i)	-	3.361	3.361	-	3.073	3.073
Impostos e contribuições sociais		785	-	785	213	-	213
Outras contas a receber		49	-	49	11	-	11
Total dos ativos circulantes	-	1.747	3.361	5.108	1.973	3.073	5.046
Ativos não circulantes							
Ativo financeiro	(i)	-	32.212	32.212	-	31.990	31.990
Imobilizado	(iv)	29.522	(29.522)	-	31.489	(31.489)	-
Total dos ativos não circulantes		29.522	2.690	32.212	31.489	501	31.990
Total dos ativos	_	31.269	6.051	37.320	33.462	3.574	37.036

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

#### **Balanço Patrimonial**

		2015			2014			
	Nota	Dogulatária	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	
	<u>explicativa</u>	Regulatório	Ajustes	Societario	(Não auditado)	(Não auditado)	Societario	
Passivos								
Passivos circulantes								
Fornecedores		1.438	-	1.438	2.920	-	2.920	
Empréstimos e financiamentos		2.465	-	2.465	2.590	-	2.590	
Impostos e contribuições sociais		449	-	449	66	-	66	
Taxas regulamentares		46	-	46	17	-	17	
Dividendos a pagar		915	-	915	=	-	-	
Outras contas a pagar		59	-	59	34	-	34	
Total dos passivos circulantes	•	5.372	-	5.372	5.627	-	5.627	
Passivos não circulantes								
Empréstimos e financiamentos		14.679	-	14.679	17.125	-	17.125	
Impostos e contribuições diferidos	(ii)	-	3.979	3.979	-	3.958	3.958	
Tributos diferidos	(iii)	-	1.281	1.281	-	1.256	1.256	
Outras contas a pagar	. ,	6	-	6	5	-	5	
Total dos passivos não circulantes		14.685	5.260	19.945	17.130	5.214	22.344	
Patrimônio líquido								
Capital social		9.457	-	9.457	9.457	-	9.457	
Reserva de lucros		2.546	-	2.546	-	-	-	
Lucros (prejuízos) acumulados	(v)	(791)	791		1.248	(1.640)	(392)	
Total do patrimônio líquido		11.212	791	12.003	10.705	(1.640)	9.065	
Total dos passivos e do patrimônio líquido	_	31.269	6.051	37.320	33.462	3.574	37.036	

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

#### Demonstração do Resultado do Exercício

		2015			2014 (Não auditado)			
	Nota expli- cativa	Regulatório (Não auditado)	Ajustes (Não auditado)	Societário	Regulatório (Não auditado)	Ajustes (Não auditado)	Societário	
Disponibilização do sistema de transmissão		4.588	(4.588)	-	3.543	(3.543)	-	
Operação e manutenção		_	1.258	1.258	_	971	971	
Construção e indenização		-	(2.240)	(2.240)	-	12.347	12.347	
Remuneração do ativo financeiro		-	6.081	6.081	-	1.217	1.217	
Parcela variável e outras receitas		(79)	-	(79)	(440)	-	(440)	
Receita bruta	(vi)	4.509	511	5.020	3.103	10.992	14.095	
PIS e COFINS		(165)	(26)	(191)	(113)	(378)	(491)	
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(105)	-	(105)	(30)	-	(30)	
Tributos e encargos	(vii)	(270)	(26)	(296)	(143)	(378)	(521)	
Receita líquida		4.239	485	4.724	2.960	10.614	13.574	
Material		-	1.064	1.064	-	(10.659)	(10.659)	
Serviços de terceiros		(514)	-	(514)	(389)	-	(389)	
Depreciação e amortização		(903)	903	-	(627)	627	-	
Outros custos operacionais		36	-	36	(2)	-	(2)	
Custos operacionais	(viii)	(1.381)	1.967	586	(1.018)	(10.032)	(11.050)	
Serviços de terceiros		(466)	-	(466)	(221)	-	(221)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(64)	-	(64)	361	-	361	
Despesas operacionais		(530)	-	(530)	140	-	140	
Resultado da atividade		2.328	2.452	4.780	2.082	582	2.664	
Receitas financeiras		50	-	50	129	-	129	
Despesas financeiras		(463)	-	(463)	(504)	-	(504)	
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(413)	-	(413)	(375)	-	(375)	
Resultado antes dos impostos e contribuições		1.915	2.452	4.367	1.707	582	2.289	
Imposto de renda e contribuição social	(ix)	(493)	(21)	(514)	(117)	(3.217)	(3.334)	
Lucro do exercício	(x)	1.422	2.431	3.853	1.590	(2.635)	(1.045)	
Lucro por ação								
Lucro por ação ordinária - básico		0,1503	0,2571	0,4074	(0,1809)	(0,0618)	(0,1191)	
Lucro por ação ordinária - diluído		0,1503	0,2571	0,4074	(0,1809)	(0,0618)	(0,1191)	

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

#### (i) Ativo financeiro

A partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia vem adotando nas suas demonstrações financeiras societárias para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão à interpretação ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12) e a orientação OCPC - 05 - Contratos de Concessão. Com base nesse modelo, a receita anual permitida - RAP é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão), e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear.

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, foram contabilizadas pelos seus valores justos com base no que ditam os pronunciamentos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente ao IAS 11) e CPC 30 (R1) - Receitas (equivalente ao IAS 18) e a interpretação ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12), respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

#### (ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IRPJ e CSLL diferidos.

#### (iii) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais oriundos da aplicação desta interpretação.

#### (iv) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais oriundos da aplicação desta interpretação.

Com a adoção da ICPC 01 (R1) nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo financeiro, vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado/intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são:

- garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pela ICPC 01 (R1); e
- que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

#### (v) Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação da ICPC 01 (R1), líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	2015	2014 (Não auditado)
Patrimônio líquido societário	12.003	9.065
Ativo financeiro (ICPC 01)	(35.573)	(35.063)
Imobilizado, intangível e investimentos (ICPC 01)	29.522	31.489
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01)	3.979	3.958
Tributos diferidos – PIS e COFINS diferidos (ICPC 01)	1.281	1.256
Patrimônio líquido regulatório	11.212	10.705

#### (vi) Receita bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro, quando aplicável, decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1). A receita para fins regulatórios é

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, na fase de operação e os efeitos da ICPC 01 (R1) desconsiderados.

#### (vii) Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso PIS e COFINS diferidos.

#### (viii) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo o custo de construção e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatório, são apropriadas ao resultado conforme disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

#### (ix) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, ao IRPJ e CSLL diferidos.

#### (x) Lucro líquido do exercício

Conciliação do lucro societário e regulatório	2015	2014 (Não auditado)
Lucro societário	3.853	(1.045)
Receita bruta (ICPC 01)	(511)	(10.992)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (ICPC 01)	26	378
Depreciação e amortização (ICPC 01)	(903)	(627)
Custos operacionais - Materiais (ICPC 01)	(1.064)	10.659
Imp. de Renda e Contrib. Social diferidos (ICPC 01)	21	3.217
Lucro regulatório	1.422	1.590

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito da aplicação da ICPC 01 (R1), líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

\* \* \* \* \* \* \* \*